

A ideia do mal no comentário literal ao Gênesis de Santo Agostinho

The Idea of Evil in Saint Augustine's Literal Commentary on Genesis

Ana Kelly Ferreira Souto Pinto¹
José Reinaldo F. Martins Filho²

RESUMO

O problema do mal perpassa todas as culturas, sendo a questão que move inicialmente o pensamento filosófico-teológico de Agostinho de Hipona. Neste estudo, apresenta-se o conceito agostiniano de mal à luz dos comentários ao livro do Gênesis. Entende-se, com base em Agostinho, que toda obra de Deus é boa e, portanto, não pode se corromper em essência. O mal, por consequência, surge do uso indevido do livre arbítrio. A fim de ilustrar a argumentação desenvolvida, recorre-se a algumas das principais imagens constantes na narrativa do pecado da desobediência, conforme disponível no Gênesis, tais como a questão do trabalho como punição, o fruto da árvore proibida, além, notadamente, dos papéis de Adão, Eva e da serpente na formulação do enredo. Como pano de fundo permanece a discussão agostiniana a respeito do mal como consequência do uso degenerado da liberdade.

PALAVRAS-CHAVE

Mal; Livre arbítrio; Gênesis; Santo Agostinho.

¹ Doutoranda em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás.

² Doutor em Ciências da Religião e em Filosofia. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

ABSTRACT

The problem of evil permeates all cultures, being the question that initially moves the philosophical-theological thought of Augustine of Hippo. In this study, the Augustinian concept of evil is presented in the light of commentaries on the book of Genesis. It is understood, based on Augustine, that every work of God is good and, therefore, cannot be corrupted in essence. Evil, therefore, arises from the misuse of free will. In order to illustrate the argument developed, we resort to some of the main images contained in the narrative of the sin of disobedience, as available in Genesis, such as the issue of work as punishment, the fruit of the forbidden tree, in addition, notably, from the roles of Adam, Eve and the serpent in the formulation of the plot. In the background remains the Augustinian discussion about evil because of the degenerate use of freedom.

KEYWORDS

Evil; Free will; Genesis; Saint Augustine.

Introdução

A questão do mal certamente constitui um dos pontos motrizes da filosofia de Santo Agostinho, cujas respostas balizaram as reflexões do mundo ocidental nos séculos subsequentes³. Evidentemente, o tema do mal não foi esgotado e permanece em todas as culturas como objeto de reflexão. A cada nova tragédia em um novo contexto ampliam-se as

³ Coutinho (2010, p. 125), o problema do mal é recorrente no pensamento agostiniano já bem antes de sua conversão, sendo o período do maniqueísmo fundamental para compreender seu posterior desdobramento: “Uma das inquietações do homem Agostinho e que, mais tarde, tornou-se uma questão de suma importância em seu pensamento filosófico-teológico, após sua conversão ao Cristianismo, foi, sem dúvida, o problema do mal, mais precisamente, a respeito de sua origem. Mesmo antes de sua conversão, Agostinho muito se intrigava com o fato de o homem pecar. Buscava, pois, as razões disto e as encontrou, primeiramente, no Maniqueísmo, seita fundada por Mani e que, reunindo elementos do zoroastrismo e do cristianismo”. Também para Martins (2012) “o tema do mal foi um problema constante na reflexão de Agostinho ao longo de toda a sua obra”.

investigações, a depender da linguagem da sociedade e da cultura. Nesse sentido, inúmeras são as abordagens acerca do mal, entre as quais a perspectiva aqui escolhida evoca a noção tradicional da filosofia cristã representada pelo pensamento agostiniano, isto é, a crítica à noção metafísica do mal, exposto como o não-ser em relação ao que é – o Bem, Deus, a Verdade.

A apresentação do mal como não-ser na perspectiva agostiniana implica que tudo o que existe é bom, e que mesmo com o livre arbítrio e a realização do mal moral e físico, resultantes das escolhas, não se pode tomar por corrompida, de maneira essencial, a obra de Deus, que é boa. Essa perspectiva enfraquece o caráter ontológico do mal, reduzindo-o às ações dos homens, oriundas da escolha e da prática do livre arbítrio. Não havendo um mal ontológico, o mal residirá em qualquer símbolo, homem, mulher, serpente, árvore. Isso tampouco implicará que o mal seja subjetivo ao entendimento de cada pessoa. Em Agostinho, o que baliza o que é o mal está no *como* se deu o uso do livre arbítrio, movido ou não pela inteligência guiada pela fé em busca da verdade. Com base nesses pressupostos, a presente investigação será construída a partir da interpretação agostiniana do mal no livro *Comentário literal ao Gênesis*, uma obra que expressa a maturidade intelectual e espiritual de Agostinho, concentrando-se particularmente no que se encontra exposto em seus livros VIII e IX. Em seguida, a discussão será ampliada para o conceito de mal em Agostinho, como ausência, existindo apenas nos âmbitos moral e físico. Dialoga-se com a ideia de que o diabo em Agostinho, embora exista, não tem um rosto ou lugar, haja vista que é não ser.

1. O problema do mal

Ao falarmos em mal, como lembra Menon⁴, a figura do diabo se afirma como uma das aparições mais contundentes e convincentes que já povoaram o imaginário e a cultura ocidental. Isso porque a mera existência do diabo encerraria problemas reais e complexos da sociedade como

⁴ MENON, Mauricio Cesar. O Diabo: Um personagem multifacetado. *Revista Língua & Letras*, v. 1, n. 1, p. 217-227, 2008, p. 217.

o trabalho, a miséria, o sofrimento e a ação demoníaca em geral (males do corpo e do espírito, como pensavam os antigos). No cristianismo primitivo, o diabo não tinha rosto. Conforme Jean Delumeau⁵, apenas com o pintor Bosch o diabo passaria a adquirir um rosto, perdendo-o novamente na modernidade, quando passara a ser percebido no mal estrutural fruto de um tipo economia e trabalho que explora os menos favorecidos, nas formas de degradação da vida pública ou nas diferentes expressões do mal perpetrado na relação de uns para com os outros. Acerca da construção do ideário e da cultura ocidentais, no entanto, é difícil não levar em conta os escritos de Agostinho no que tange à ideia de pecado e do mal – tanto internamente ao pensamento cristão, quanto ao que esse representou na consolidação de um paradigma mais abrangente, o paradigma ocidental.

Pensada isoladamente, mesmo sem que se considere as intensas repercussões que ensejou, a obra de Agostinho é gigantesca, envolvendo centenas de livros, além de cartas e homilias que tratam os temas mais diversos, desde a refinada reflexão teológico-filosófica até a partilha da vida como uma espécie de protótipo ao novo cristão que, como ele, resolvesse transpor os umbrais da fé, no movimento em busca da luz, do conhecimento e do bem. Resulta-se daí, quem sabe, a anedota segundo a qual quando se desconhece a autoria de algum texto antigo, pode-se atribuí-la a Agostinho. Sobre isso, aliás, pode-se recorrer a uma interessante passagem da obra *História do medo no Ocidente*, de Jean Delumeau, a qual, no capítulo destinado à análise das concepções sobre a mulher na história – a quem sempre se atribuiu forças e mistérios que compuseram o imaginário das pessoas, considerando-as seres perigosos e obscuros, com poderes de profetizar, curar e matar – propõe uma origem agostiniana como base a tais concepções. Outra vez Agostinho é tido como mentor de concepções de mundo:

Repelido pelo fluxo menstrual, pelos odores, pelas secreções de sua parceira, pelo líquido amniótico, pelas expulsões do parto. Conhece-se a constatação humilhada de Santo Agostinho: “*inter urinam*

⁵ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

et faeces nascimur”. Essa repulsão e outras semelhantes engendraram ao longo das eras e de um extremo ao outro do planeta múltiplas interdições. A mulher que tinha suas regras era vista como impura. Corria o risco de ser portadora de todos os tipos de males⁶.

É verdade que é preciso bastante parcimônia na consideração de tradições e visões de mundo do passado, de modo que os autores são sempre reféns de seu tempo histórico, incorrendo, por isso mesmo, em seus limites. Quanto ao caso específico, porém, tal atribuição de fala a Agostinho é algo forte e grave, pois disso decorrem várias inferências e consequências na argumentação do historiador. Verificando a nota de referência de Delumeau, no entanto, constata-se que não mostra efetivamente de onde retirara a afirmação, no amplo espectro da obra de Agostinho⁷. Ainda que o filósofo o tenha falado – e aqui de modo algum sustentamos que não o tenha dito – é necessário submeter à relação texto e contexto. Uma vez que a frase atribuída a Agostinho pode ser traduzida por “entre urina e fezes nascemos”, dela se pode apreender sentidos variados, com ênfase ou não à mundivisão do patricio.

Pensando à luz do conjunto da obra agostiniana, e de como foi atribuída a fonte de todo o mal à soberba do homem diante da faculdade da inteligência e a vontade de conhecer à revelia de Deus, como aconteceu no primeiro pecado, podemos conjecturar se com essa frase Agostinho não intencionaria afirmar apenas a finitude humana, isto é, nascemos entre fezes e urinas e assim morreremos sem o auxílio da graça de Deus. Essa forma de nascimento pode denotar a miséria humana quando o homem se distancia de Deus, e não – como apressadamente interpretou Delumeau – uma depreciação ao corpo da mulher. A soberba e autossuficiência humanas parecem ser o verdadeiro objeto de delação do pensador africano, levando-nos outra vez a considerar a centralidade da temática do mal e sua relação com determinada interpretação da condição humana.

⁶ DELUMEAU, 2009, p. 464.

⁷ Delumeau cita um autor sem, para isso, mencionar a fonte primária, um erro crasso. Assim, não é possível verificar com exatidão como se encontra no original. Encontramos referências como essa em artigos, mas sempre sem citar a fonte primária, remetendo diretamente a Delumeau.

2. A noção agostiniana do mal no livro do Gênesis

A questão do mal foi um dos maiores problemas que moveram Agostinho à reflexão filosófica, de certo modo o aproximando ao maniqueísmo⁸, doutrina supostamente cristã que explicava a existência do bem e do mal como substâncias. O mal é “tema diretor, não apenas evocado como condição de exploração da questão da liberdade e do livre-arbítrio [...] do mal como o conceito valorativo de uma construção negativa”⁹, mas como foco gerador de uma série de reflexões propostas pelo pensador como forma de irradiação direta da problemática do mal.

Agostinho refuta a ideia maniqueísta demonstrando que o mal não é um ser, mas apenas um “não ser”, sem substância, existindo como distanciamento do bem: “Dirá principalmente Agostinho, que o mal não é uma substância, ou seja, ele não existe ontologicamente”¹⁰. O mal manifesta-se sob três formas: O mal resulta da privação do bem. O mal é o não-ser, não possui qualquer tipo de substância. Do ponto de vista do mal moral, não se pode falar em um único autor, pois todos os que praticam más ações colaboram para a sua existência no mundo.

Segundo o autor, também o mal físico, como a doença, o sofrimento e a morte, deriva das escolhas da ação moral. Todos esses males são consequências do pecado original¹¹; logo, só existem porque o primeiro

⁸ Conforme Raymundo de Lima (2001, p. 2), o “maniqueísmo é uma forma de pensar simplista em que o mundo é visto como que dividido em dois: o do Bem e o do Mal”. O mesmo autor completa um pouco mais adiante: “A expressão maniqueísmo ganhou uso corrente ao definir aquele tipo de pessoa ou aquele tipo de pensamento de estruturação dualista que reduz a vida (ou alguns de seus aspectos) a pares antagônicos irreconciliáveis, tipo: direita / esquerda, corpo / mente, reacionário / progressista, belicista / pacifista, fiel / infiel, capitalista / comunista, individualismo / coletivismo, branco / negro, ariano / judeu [...]” (LIMA, 2001, p. 2).

⁹ MARTINS FILHO, José Reinaldo. Do problema do mal à alegria de ser como dom. *Brasiliensis*, v. 7, n. 13, jan./jun., Brasília, 2018, p. 50.

¹⁰ SILVA, Valmor. Os poderes do mal e as máscaras do diabo. *Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor.*, Curitiba, v. 3, n. 1, jan./jun., 2011, p. 133.

¹¹ Sobre a noção de “pecado original”, é interessante recorrermos a duas considerações elaboradas por Paul Ricoeur (2008, p. 6): “Como conceito polêmico e apologetico o pecado original significa uma primeira coisa: que o mal não é nada, não tem ser, não tem natureza, porque é nosso, porque é obra da liberdade”. Uma segunda constatação, diretamente ligada a essa, diz o seguinte: “É pois o adjetivo

casal humano decidiu pecar contra Deus. Isso significa que, para Agostinho, até mesmo o mal físico resulta do livre arbítrio, pelo mal moral cometido pelo primeiro homem e pela primeira mulher. Deus, sendo perfeição, jamais criaria algo mau por si mesmo. Deus é bom e não é lícito pensar de outra maneira: “nenhuma natureza é Mal, e esse nome indica apenas a privação do bem”, portanto, “todas as coisas são boas, e o Mal não é substância porque se fosse substância seria bem”¹². Portanto, o mal não pode estar em Deus, “que é Sumo Bem, mas somente nas criaturas, pois o mal é privação ou perversão da vontade que se volta para as criaturas e não para o criador, o que em Deus não ocorre”¹³.

Tendo como referência esse conceito de mal Agostinho analisa o livro do Gênesis, no qual é apresentada a origem do mal no mundo segundo o relato da tradição judaica – posteriormente incorporado às leituras de mundo ocidentais, mormente, a partir do cristianismo. Compreende que a natureza humana procede de Deus, mas que o mal que existe em nossa vontade e ações não deriva de Deus, é fruto do mau uso do livre arbítrio pela desobediência cometida pelos nossos primeiros pais, pelos quais “todo o gênero humano contraiu”¹⁴ o contato com o mal. Sendo a natureza humana proveniente de Deus, viver bem faz parte do seu modo de ser, e “viver mal não é próprio da natureza humana, mas fruto do desvio da vontade, o que por isso traz a consequência da pena”¹⁵.

‘original’ que precisamos agora de explicar; vimos que Santo Agostinho emprega também a expressão *naturale peccatum*; diz ainda *per generationem* ou *generatim*, indicando com isso que não se trata de pecados que nós cometemos, do pecado atual, mas do estado de pecado no qual nós viemos a existir pelo nascimento” (RICOEUR, 2008, p. 11).

¹² De civ. Dei, XI, 22 *apud* SILVA, 2011, p. 125 – grifos do autor.

¹³ BELLEI, Ricardo; BUZINARO, Délcio Marques. O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho. *Mirabilia*, v. 11, jun./dez., 2010, p. 84.

¹⁴ Para as citações de Agostinho, se utilizará o sistema clássico de referência, tomando por base a tradução disponível na coleção patrística da Editora Paulus: AGOSTINHO, Santo. *Comentário literal ao Gênesis*. Vol. 21. São Paulo: Paulus, 2008. Cf. VI, IX, 16.

¹⁵ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* VII, XXVII, 38.

3. Imagens do mal no livro do Gênesis

Inicialmente aborda-se a ideia do mal no livro do Gênesis pela via do trabalho, pois no nosso entendimento o texto do Gênesis, assim como os comentários de Agostinho, aponta para o trabalho como o símbolo da consequência do primeiro pecado. Diante disso evidencia-se que o trabalho, à revelia da transgressão do pecado, existiria para o homem desde o início.

Primeiramente, o trabalho é algo que está até mesmo para o próprio Deus, pois é relatado que Deus, durante seis dias criou o mundo, viu que tudo era muito bom e no sétimo dia descansou. Pressupõe-se, assim, que isso é trabalho, uma vez que requer descanso¹⁶. Assim como a ideia do trabalho está para Deus, também está para o homem mesmo dentro do paraíso. Deus cria o mundo para que o homem o povoasse e imperasse sobre ele¹⁷. A tradução aqui utilizada recorre ao verbo “dominar”, que implica exercer autoridade, conhecer, saber, empregar com proficiência, enfim, implica em uma forma de trabalho. Posteriormente, afirma-se que “Deus tomou o homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar”¹⁸.

O exercício do trabalho é algo criado por Deus, como é dito no Gênesis, para Ele próprio e para o homem, causando cansaço ao próprio Deus, ainda que de forma metafórica, pois não seria da natureza divina se cansar. Ainda assim, tal afirmação pode ser considerada útil a fim de ilustrar que o trabalho e o cansaço não são um mal em si mesmos, como essência. Apenas após o pecado o trabalho adquire sua conotação de sofrimento e punição: “porque escutaste a voz da mulher e comeste da árvore que eu te proibira de comer, maldito é o solo por causa de ti! Com sofrimento dele te nutrirás todos os dias de tua vida”¹⁹.

Ao ter o trabalho como castigo para Adão e Eva na expulsão do paraíso percebe-se que o cuidado com a terra já existia desde o princípio. Contudo, esse cuidado permanece como responsabilidade do homem,

¹⁶ Cf. Gn 2,2.

¹⁷ Cf. Gn 1,28.

¹⁸ Gn 2,15.

¹⁹ Gn 3,17.

que em última instância é o trabalho. O que muda antes e depois do pecado da desobediência não é o que é feito em si, mas *como será feito*. O que muda é a relação do homem com essa atividade. O trabalho agrícola do cultivo da terra é destacado no Gênesis e sobre ele reflete Agostinho:

Por isso, seria mais louvado o próprio Criador que havia dado à alma no corpo animal a razão e a faculdade de trabalhar, quanto fosse suficiente para o ânimo que queria trabalhar, não quanto fosse obrigado pela necessidade do corpo” [...] “Deus tomou o homem que fizera e o pôs no paraíso para trabalhá-lo e guardá-lo. E o Senhor Deus deu ao homem este mandamento: “Comerás de todas as árvores que estão no paraíso. Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres morrerás”. Como acima havia dito brevemente que Deus plantou o paraíso e nele colocou o homem que modelara, agora faz uma recapitulação para mostrar como fora criado o paraíso. Portanto, agora mencionou-o recapitulando, como nele Deus pôs o homem que criou. Vejamos o que quer dizer o que foi dito: Para trabalhá-lo e guardá-lo. Acaso, talvez, o Senhor quis que o primeiro homem se dedicasse à agricultura? Não é plausível que Deus o tenha condenado ao trabalho antes do pecado. Pensaríamos assim com razão, se não víssemos o enorme prazer com que alguns se dedicam à agricultura a ponto de ser para eles um grande castigo serem afastados desta atividade²⁰.

Assim, experimentando o sofrimento pelo exercício do trabalho, percebe-se que está mais na relação e no modo de vivenciá-lo do que de fato na atividade em si mesma. O trabalho já existiria para o homem mesmo estando numa ordem paradisíaca. O que muda é a obrigatoriedade, isto é, o “ter que fazer” e o sentimento que se desprende disso: caso siga o chamado da vontade para o bem, o sofrimento não existiria, ainda que fizesse o mesmo trabalho. Assim, Adão se tornou um como nós, versado no bem e no mal. E agora para que não estenda a mão e colha também da árvore da vida, e coma e viva para sempre!, “o Senhor Deus o expulsou do paraíso de delícia para trabalhar a terra de onde fora tirado”²¹. Se, por um lado, havia um sentido negativo de proibição que o homem se alimentasse de uma única árvore mesmo tendo tantas outras

²⁰ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* III, IX, 15.

²¹ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* XI, I, 1.

disponíveis, por outro, teria, desde então, a positividade da obrigação de trabalhar para alimentar-se de qualquer uma delas.

Outra forma de trabalho é por Deus apresentada, destinada e explicada sobre como deveria ser realizada ao único homem justo, Noé: “Faze uma arca de madeira resinosa; tu a farás de caniços e a calafetarás com betume por dentro e por fora”²². Mesmo Noé, sendo um homem justo e estando protegido do dilúvio, vê-se submetido ao trabalho do seu corpo, conforme as orientações dadas por Deus. Nesse caso, a relação entre trabalho e sofrimento não é estabelecida. Ao contrário, o trabalho é condição da salvação de Noé.

As árvores colocadas por Deus no paraíso – “a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore do conhecimento do bem e do mal”²³ – cada qual simbolizando coisas distintas, a da vida como figura da sabedoria e a outra como fonte do mal, são tratadas por Agostinho como referências físicas, como árvores reais, tais como as tantas com as quais convivemos. Uma árvore, nesse sentido, não pode produzir fruto bom ou mal, apenas o seu próprio fruto, que será utilizado para finalidades boas ou más. O que configuraria o bem e o mal naquela árvore em específico estava na relação da regra estabelecida: não comer de seus frutos! A obediência é o bem e o comer dos frutos, a desobediência, a soberba, é o mal.

Posso dizer que a obediência representa a única virtude para toda criatura que age sob o poder de Deus; e que o primeiro e maior dos pecados do orgulho, cujo nome é desobediência, é querer usar de seu poder para sua ruína [...] Assim, essa árvore não é má, mas foi denominada árvore do conhecimento para discernir o bem e o mal, porque, se o homem dela comesse depois da proibição, nela aconteceria a futura transgressão do preceito, na qual o homem aprenderia pela experiência do castigo a diferença entre o bem da obediência e o mal da desobediência. Portanto, não foi denominada árvore no sentido figurado, mas deve ser considerada uma árvore verdadeira, à qual foi imposto não pelo fruto ou pela maçã que dela nasceria, mas pelo que se seguiria se fosse tocada contra o que fora proibido²⁴.

²² Gn 6,14.

²³ Gn 2,9.

²⁴ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* VIII, VI, 12.

Como a natureza humana procede de Deus, Sumo Bem e perfeição, a essência ou o ser do homem está correlacionado ao bem, pois toda natureza, sendo obra do criador, somente pode concorrer para o bem. Uma questão surge neste momento: o homem é obra do criador e tende para o bem, mas porque o exercício da obediência e o repúdio a soberba são tão caros a Deus? Por que esse simples desobedecer à regra de não comer de um fruto que em si nada tem de mal traria consigo, além da infração da regra convencionada por Deus, tanto sofrimento? Por puro capricho do criador? Qual o motivo de tamanho castigo? Agostinho responde:

Não se podia revelar melhor e com mais perfeição quanto mal representa somente a desobediência, quando por ela o homem se tornou réu da iniquidade, visto que tocou a árvore contra uma proibição de modo que, se não tivesse tocado, certamente não teria pecado. Com efeito, aquele que diz, por exemplo: “Não toques esta planta, porque pode ser venenosa e pode levar à morte”, a consequência será certamente a morte do que fez pouco caso do preceito; mas se ninguém tivesse proibido e ele a tivesse tocado, sem dúvida teria morrido. Com efeito, seria contrária à saúde e à vida dele quer lhe fosse proibido ou não. Da mesma forma, quando alguém proíbe tocar uma coisa que certamente prejudicaria ao que toca e àquele que fez a proibição, como, por exemplo, se alguém põe a mão no dinheiro alheio, proibido por aquele a quem pertencia o dinheiro, a proibição implicaria pecado, porque poderia ser prejudicial ao que proíbe. Mas quando se toca em algo que não prejudicaria nem o que toca, se não lhe fosse proibido, nem a qualquer outro que tocasse em qualquer ocasião, por que seria proibido senão para mostrar que o bem da obediência é um bem em si mesmo, e o mal da desobediência é um mal em si mesmo²⁵.

O homem quando opta pelo bem inferior desvirtua sua essência e ele próprio é o prejudicado, simplesmente porque sendo feito à imagem e semelhança de Deus, também só pode ser bom, não podendo ser maligno. Em menor escala de bondade o homem pode escolher fazer o mal, mas não pode mudar sua essência de ser que tende ao bem. O mal em

²⁵ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* VIII, XIII, 29.

Agostinho perde a fortaleza da existência como substância sendo apenas fruto da imperfeição.

“Podes comer de todas as árvores do paraíso. Mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás, porque no dia em que dela comeres morrerás”. Se tivesse algum mal, aquela árvore da qual Deus proibiu ao homem comer, a natureza envenenada de seu mal pareceria conduzir à morte. Mas porque plantara no paraíso todas as árvores boas aquele que fez muitas coisas, todas boas, e não havia natureza alguma do mal, posto que em parte alguma existe qualquer natureza má (sobre isso, se Deus quiser, dissertarei com mais pormenores, quando começarmos a falar a esse respeito), foi proibido comer dessa árvore, que não era má, para que a própria observância do preceito fosse por si mesma um bem, e a transgressão, um mal²⁶.

A questão da desobediência pode ainda parecer algo pequeno diante da visão do homem contemporâneo, tão influenciado pelos ideais revolucionários da liberdade em um grau máximo, da ideia de desconstrução, de debate e crítica. Justamente essas características, compartilhadas com o homem de hoje, foram as mesmas que moveram o primeiro homem a não ter limites. O grande erro de Adão e Eva não consiste em simplesmente comer do fruto, “mas sim ter se colocado como medida única de todas as coisas, elevando seu interesse próprio acima do bem maior, como uma norma suprema, não obedecendo a lei eterna”²⁷. Agostinho, como era típico ao seu momento histórico, é um filósofo que reconhece uma ordem hierárquica natural, desde os corpos celestes, aos rios e plantas em tudo há uma movimentação natural e ordenada, uma essência que tudo tende. Quanto ao homem, não é diferente. O próprio Deus, quando encarnado se submeteu à regra da vontade do Pai: “faça segundo sua vontade”²⁸. Porque fazer o que deve ser feito, seguindo o princípio da essência do ser que, no caso do Cristo, é a perfeição, somente poderá conduzir ao bem.

²⁶ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.*, VIII, XIII, 28.

²⁷ CORSI, Uellinton Valentim. Origem do mal segundo Santo Agostinho: Uma perspectiva judaico-cristã. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, n. 5, v. 1, maio, 2020, p. 138.

²⁸ Lc 22,42.

A origem do mal em Agostinho é resultado da “soberba e da obstinação, da inominável imitação de Deus e da liberdade nociva. Por essa razão, isso pôde acontecer na árvore que, por isso, recebeu o nome de conhecimento do bem e do mal”²⁹. Assim, o mal assume uma característica não de essência, no sentido de substância atribuído pela filosofia aristotélica, mas está diluído nas ações humanas. O mesmo se aplica ao mal sofrido pelos homens, ou melhor, aos males que se abatem sobre a humanidade, também como resultado de uma deliberação

O enfraquecimento do mal como fruto do mau uso do livre arbítrio pode ser percebido também na apresentação do diabo no corpo da serpente. Sobre a personagem, o livro do Gênesis diz: “a serpente era o mais prudente de todos os animais que existiam sobre a terra”³⁰. Entende-se prudente como o mais sábio, mais astuto. Para Agostinho tal habilidade não deve ser compreendida no sentido próprio que traz a ideia de sabedoria, como virtude divina, mas como uma forma de esperteza. A serpente é o animal mais prudente porque traz consigo um tipo de sabedoria que não é a de Deus, a própria perfeição. Nem mesmo as abelhas, que fazem o perfeito mel, possuem a perfeita sabedoria. Ao contrário, detém apenas uma sabedoria de imitação que repete um modo de ser. Para Agostinho, a serpente tem a sabedoria da prudência, que se destaca pela paciência, pela sagacidade em antecipar as situações do modo que lhe é conveniente. Tal capacidade, não se dá por mera habilidade própria do animal, mas pela manifestação do espírito diabólico, o espírito dos anjos caídos, que, mesmo rebaixados, continuam com inteligência superior a todos os animais, tomando a serpente para agir. Isso é o que se encontra na seguinte passagem:

A ideia de perfeição, como se entende a sabedoria de Deus e dos anjos e da alma racional. Também falamos que as formigas e abelhas são sábias porque imitam a sabedoria em seu trabalho. A serpente é o mais sábio pelo seu espírito estranho ou seja diabólico [...]. Portanto, por que se há de admirar se o diabo, enchendo a serpente de seu instinto e misturando-se a ela com seu espírito, do mesmo modo como costuma encher os adivinhos, tornara-a o mais sábio de todos os animais

²⁹ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* VIII, XIV, 31.

³⁰ Gn 3,1.

que vivem com alma viva e irracional? Pois, pelo abuso de palavras, denomina-se sabedoria o que diz respeito ao mal, assim como se denomina astúcia o que diz respeito ao bem; assim, na língua latina são denominados sábios com propriedade e pelo uso geral quando merecem louvor, mas por astutos se entendem os de mau caráter. Daí que alguns, de acordo com o que deparamos em muitos manuscritos, passando para a língua latina, não a palavra, mas antes, a sentença, preferiram denominar essa serpente o mais astuto de todos os animais a denominar sábio³¹.

O mal em Agostinho é encontrado no pecado da soberba e no desejo de conhecer desordenado, à revelia de Deus, por meio exclusivo da razão. Outro aspecto do mal que decorre da soberba é a vergonha diante do erro quando é exposto, e essa vergonha pode ser compreendida no relato da nudez e na vontade de se esconder para não ser visto de forma vulnerável quando se está nu. Ainda decorrente da soberba o mal encontra-se na ausência de responsabilidade pelo mau uso do livre arbítrio, se por um lado usa-se da faculdade do livre arbítrio, por outro ao ser pego no erro, quer-se voltar à tutela de alguém e tenta-se a todo custo colocar a culpa em outrem. No caso do relato do Gênesis, o homem culpa a mulher e a mulher culpa a serpente, numa cadeia de remissões que, em todo caso, tendem a eximir cada agente da responsabilidade de seu ato.

Com que percebessem seus membros com concupiscência, quando se disse que seus olhos se abriram, ao que veio em seguida o sentir vergonha. Adão respondeu: A mulher que me deste em companhia me deu da árvore, e eu comi! Aí está a soberba! Acaso disse: Pequei? Ele manifesta a deformidade da confusão e não a humildade da confissão. Estas coisas foram escritas porque as interrogações foram feitas para isso, ou seja, para que fossem escritas com veracidade e utilidade; porque, se fossem escritas mentirosamente, não seriam para utilidade. Foram escritas para que percebamos que doença acomete hoje os homens ao se empenharem em atribuir somente ao Criador o mal que praticarem, enquanto querem atribuir a si mesmos o bem que praticarem³².

³¹ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* XI, II, 4.

³² AGOSTINHO, *Com. lit. gen.* XI, XXXV, 47.

O mal reside tanto mais na forma *como* praticamos do que no fato mesmo praticado. Isso se pode perceber no exemplo da árvore e do fruto proibido. A árvore era como outra qualquer. O mal veio do rompimento da regra, da quebra da ordem, de novo aqui o homem e a mulher incorrem no erro e demonstram a soberba na ausência de responsabilidade pelo ato cometido. A serpente, por outro lado, sendo um animal não provido de inteligência como o homem, não foi interrogada, pois ela não incorre em responsabilidade, vez que estava dominada e sob ação do diabo. Assim, as palavras dirigidas a ela são em verdade direcionadas ao diabo, que, mesmo sendo um anjo caído, tem maior inteligência inclusive que os homens e, portanto, é ainda mais passível de responsabilização que Adão e Eva. Tanto que para os humanos ainda haverá a possibilidade da salvação mesmo depois do primeiro pecado, já para o diabo, conforme Agostinho, isso tornou-se impossível, pois já foi condenado para toda eternidade. O autor completa no que segue:

Pelo fato de a serpente não ter sido interrogada sobre porque o fez, pode parecer que ela não o fez em sua natureza e por sua vontade. O diabo, que fora destinado ao fogo eterno pelo pecado de sua impiedade e soberba, serviu-se dela e agiu por meio dela e nela. Portanto, o que agora se diz à serpente e diz respeito certamente àquele que agiu por meio da serpente está sem dúvida em sentido figurado. Com efeito, nessas palavras está descrito o tentador, como ele seria para o gênero humano. Esta sentença foi proferida contra o diabo, como se ele fosse a serpente, porque o gênero humano começou então a propagar-se³³.

Como dito em outro momento, vale lembrar que as “ações humanas estão dispostas no horizonte de uma cadeia de causas e efeitos que não as exime de suas consequências, sendo que o mal praticado poderá redundar na devolução de algum outro mal – o movimento pendular do que vai e volta”³⁴. Questionamos, então, por que Adão e Eva foram inquiridos por Deus quando cometeram a infração? Porque são providos de inteligência e, assim, devem agir em seu uso estrito. A serpente,

³³ AGOSTINHO, *Com. lit. gen.*, XI, XXXVI, 49.

³⁴ MARTINS FILHO, 2018, p. 51.

enquanto simplesmente animal, não poderia responsabilizar-se pela sua ação de “prudência ardilosa”, pois isso somente foi possível porque satanás apossou-se dela. Nesse sentido, atribui-se a ideia de consciência para que haja o pecado, de modo que o pensamento agostiniano parece sempre pressupor certa noção de consciência: “A *conscientia* seria o limite entre o que deve ser considerado como apenas um erro – e, por isso, o mal da ignorância – e um pecado – o mal acedido por meio de um ato deliberativo da vontade e da razão”³⁵.

4. O mal como soberba do livre arbítrio

Tudo o que existe, sendo obra de Deus é, portanto, bom, não apenas pelo fato de que os maus também podem ser bons, mas porque não podem fazer por sua maldade com que a beleza e a ordem de toda criação se envileçam sob o poder e domínio de Deus criador. Deus, mesmo sabendo que aqueles anjos cairiam, que prejudicariam os bons por vontade própria, ainda assim os criou, para favorecer aos bons por meio do diabo. A vergonha do pecado decorre porque Deus, já sabendo do ardil do diabo, ainda o fez. São vítimas das zombarias para a utilidade dos santos, pois querendo prejudicar os bons oferecem a oportunidade de serem humildes sob a dependência de Deus, exercendo a graça e tolerando aos maus.

Assim, o que simboliza o mal em Agostinho, no *Comentário literal ao Gênesis*, pode ser o ato do primeiro homem, ou da primeira mulher. A serpente, o diabólico, isto é, o mal, destaca-se pela soberba de querer conhecer à revelia de Deus. Trata-se de fazer um uso arbitrário do livre arbítrio, afrontando o princípio hierárquico natural existente no mundo natural: plantas, animais, homem, anjos e, por fim, Deus. Ao se desrespeitar a hierarquia, obviamente se errará, pois não participa da essência dos homens ou anjos o saber de todas as coisas. Eis porque diante do erro e do orgulho por ter errado aqueles primeiros pais não assumem a responsabilidade. Ressalte-se, por exemplo, quando Adão é interrogado por Deus se havia comido do fruto proibido e não assume a responsabilidade

³⁵ MARTINS FILHO, 2018, p. 51.

do ato; ao contrário, tentando reverter a culpa ao próprio Deus e à mulher: “a mulher que puseste junto a mim me deu da árvore, e eu comi”³⁶. Na sequência, a mulher, ao ser inquirida, atribui a responsabilidade à serpente: “A serpente me seduziu e eu comi”. Percebe-se que ambos agem livremente e ao serem pegos no erro, não assumem a responsabilidade.

Os homens, diferentemente dos animais, são providos de inteligência e livre arbítrio. Sendo de nossa essência agir segundo tais princípios, ao abirmos mão deles e delegarmos a responsabilidade a outrem, aproximamo-nos do que Agostinho entende como o primado do diabólico. O homem entende o livre arbítrio como mero enfrentamento da norma enquanto o verdadeiro livre arbítrio é realizar tudo para que o homem foi feito: ser à imagem e semelhança de Deus. Utilizado de maneira nociva, o próprio livre arbítrio pode tornar-se “ferramenta de inclinação para o mal”³⁷, por culpa da má ordenação da vontade humana. Então o mal está na convenção. Era apenas uma ordem relativamente fácil de se cumprir, haja vista que a proibição de comer de uma árvore em específico não comprometia em nada a vida, a liberdade ou a necessidade de alimentos. Segundo Gilson, o descumprimento da “obediência, virtude que, em uma criatura racional, é a mãe e guardiã de todas as virtudes”³⁸, desencadeou o pecado, que é a forma da apresentação do mal, derivado de uma simples fraqueza do livre-arbítrio, não havendo necessidade nem resistência à vontade do homem. Assim, o mal está na simples escolha movida pela soberba e o orgulho:

Assim, não é na dificuldade do preceito nem em alguma insubordinação do corpo humano que se encontra a origem do mal, mas somente na vontade do homem e especialmente em seu orgulho. Por sua vez o que é o orgulho senão o desejo de uma posição e de uma independência perversa? Querer elevar-se a uma dignidade que não é a sua³⁹.

³⁶ Gn 3,12.

³⁷ GESCHÉ, Adolphe. *O mal*. Tradução de Euclides Martins. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 76.

³⁸ GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 284.

³⁹ GILSON, 2010, p. 284.

O diabólico manifesta-se quando rompemos a ordem hierárquica do mundo. Nesse caso, nenhum dos símbolos do diabólico são diabólicos por si. Agostinho ama toda a criação, pelo que a caracterização do mal está nas formas de ato a depender do mau uso que o homem dá a sua faculdade de escolher, conhecida como livre arbítrio. O bom uso do livre arbítrio aproxima-o da sabedoria de Deus. Saber, de antemão, o que se deve fazer, a Presciência, constitui um ato próprio da natureza de Deus, isto é, a verdadeira sabedoria, e identifica-se com a piedade e a inteligência. Já a insciência, ou seja, o não saber, a privação identifica-se com mal. A ideia do mal em Agostinho tem como característica a insciência, ou seja, o não saber e a soberba por se pensar que se pode obter a sabedoria à revelia de Deus. O diabo pode até falar a verdade, mas a verdade, nesse sentido, não coincide com a sabedoria no diálogo. Assim como a sabedoria da serpente não pode ser confundida com a natureza da sabedoria de Deus, pois sua sabedoria é apenas para a conveniência, a verdade não tem a ver somente com o que se diz, mas principalmente com o meio que a obteve, como foi o movimento para se chegar a ela.

Considerações finais

Não existindo o mal ontológico, resta apenas o mal moral e físico, consequências do uso indevido do livre arbítrio. Esse livre arbítrio sai do estado paradisíaco quebrando uma simples regra, movido pelo desafio de enfrentar a norma, inspirado pela soberba de conhecer de forma autárquica sem a interferência de Deus. Por outro lado, por que Deus faz questão da obediência punindo exemplarmente o pecado da soberba em duas ocasiões, no ato do primeiro anjo caído e nos primeiros homens? Sendo os homens feitos à imagem e semelhança de Deus ele cumpre aquilo que nasceu para ser, sem privações ao seguir a ordem hierárquica do cosmos.

É comum lermos a seguinte frase em diferentes manifestações entre nós: “Deus é fiel”. Sob o ponto de vista lógico, tal afirmação pode até ser considerada redundante, pois sendo Deus quem ele é, perfeito, a fidelidade, e não a traição, deve fazer parte do seu ser. Caso ele fosse infiel não seria Deus. Nesse sentido, o homem sendo imagem e semelhança de Deus também não pode ser infiel, mas deve seguir aquilo que lhe é naturalmente

próprio. Para isso, deve seguir a ordem hierárquica. Agostinho é um pensador que parte da observação da ordem do cosmos, das coisas internas e externas⁴⁰ como caminho para o acesso ao conhecimento verdadeiro. Quando o homem ignora a hierarquia o mal origina a quebra dessa ordem.

A “filosofia cristã aderiu à ideia tradicional do mal como não ser, e cunhou a ideia como privação do bem, popularizada até em sua forma latina como *privatio boni*”⁴¹. O que não existe, não pode ser imperfeito. Então a imperfeição está no bem, apenas o bem existe e o mal decorre do livre arbítrio. Em Agostinho, nem mesmo o diabo traz consigo o mal em essência. O mal no livro do Gênesis é apresentado como consequência do pecado na forma do trabalho. Esse não é mal em si mesmo, mas pode tornar-se na relação que o homem constrói para com ele. O mal é encontrado nas ações das pessoas, guiadas pela soberba, pelo mau uso do livre arbítrio, despreendendo daí a vergonha de ousar e fracassar, quando se empreende em desobediência da ordem de Deus. Em Agostinho, o mal aparece quando a inteligência sozinha não reconhece a ordem e a hierarquia do mundo, do qual o homem, toda a obra da criação e Deus fazem parte, devendo ser amados cada qual na sua proporção devida. O símbolo desse mal pode ser vislumbrado na ideia do primeiro anjo caído, mas também ressoa na ausência de consciência dos atos, na responsabilidade do uso do presente dado por Deus a nós: a liberdade do livre arbítrio. O diabólico está no mau uso desse presente e, ainda, na capacidade de atribuir Àquele que nos presenteou as consequências da imperícia do manuseio do livre arbítrio.

Referências

AGOSTINHO, Santo. *Comentário literal ao Gênesis*. Vol. 21. São Paulo: Paulus, 2008.

⁴⁰ Esta questão da necessidade de levar em conta a hierarquia das coisas do mundo para poder conhecê-lo, assim como a busca do conhecimento também é desenvolvida na obra *De Magistro*, cujo estudo foi publicado por nós. Sobre a relação exterioridade e interioridade, a verdade, no pensamento agostiniano “‘não tem um caráter exterior’; trata-se, portanto, de algo que ‘resulta’ por meio ‘de uma busca na interioridade’. O encontro com a Verdade tem como pressuposto que a alma se volta para si mesma, perfazendo um percurso do exterior para o interior” (PINTO, VICENTE, 2021, p. 9).

⁴¹ SILVA, 2011, p. 125.

- BELLEI, Ricardo; BUZINARO, Délcio Marques. O livre-arbítrio e o mal em Santo Agostinho. *Mirabilia*, v. 11, p. 80-98, jun./dez., 2010.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- CORSI, Uellinton Valentim. Origem do mal segundo Santo Agostinho: Uma perspectiva judaico-cristã. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, n. 5, v. 1, p. 131-152, maio, 2020.
- COUTINHO, Gracielle Nascimento. “O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho”. In. *Argumentos*, ano 2, n.º. 3, p. 124-131, 2010.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.
- GESCHÉ, Adolphe. *O mal*. Tradução de Euclides Martins. São Paulo: Paulinas, 2003. – (Coleção para pensar)
- GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LIMA, Raymundo de. O Maniqueísmo: o Bem, o Mal e seus efeitos ontem e hoje. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 1, n. 07, p. 01-05, dezembro de 2001.
- MARTINS, Maria Manuela Brito. “Unde malum: O mal em Santo Agostinho”. In. *Theologica*, 2.ª série, 47, 2, p. 541-560, 2012.
- MARTINS FILHO, José Reinaldo. Do problema do mal à alegria de ser como dom. *Brasiliensis*, v. 7, n. 13, p. 49-92, jan./jun., Brasília, 2018.
- MENON, Mauricio Cesar. O Diabo: Um personagem multifacetado. *Revista Língua & Letras*, v. 1, n. 1, p. 217-227, 2008.
- PINTO, Ana Kelly Ferreira Souto. VICENTE, José João Neves Barbosa. Comentários introdutórios sobre os aspectos pedagógicos do pensamento de Santo Agostinho. *Kínesis*, Vol. XIII, n. 35, p. 1-12, dezembro, 2021.
- RICOEUR, Paul. *O pecado original: estudo de significação*. Tradução de José M. S. Rosa. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2008.
- SILVA, Valmor. Os poderes do mal e as máscaras do diabo. *Rev. Pistis Prax.*, Teol. Pastor., Curitiba, v. 3, n. 1, p. 121-135, jan./jun., 2011.

Submetido em: 14/01/2022

Aprovado em: 20/06/2022